CONTRATO 153/2025

Contrato que entre si faz **A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**, representada pelo secretário FRANCISCO DAS CHAGAS VIEIRA AMORIM e a empresa **MARIA APARECIDA SOUSA LEAL ME** por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/2025**

O Municipio de Pajeú do Piauí, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com sede na Rua Bernaldino Paraguai, S/N, centro, Pajeú do Piauí, com CNPJ n° 01.753.845.0001-10 neste ato representada pelo Senhor Francisco das Chagas Vieira Amorim, Secretario Municipal de Saúde denominado **CONTRATANTE** e a empresa **MARIA APARECIDA SOUSA LEAL ME** , estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 426, Bairro centro, inscrita no CNPJ sob o nº 30.248.725/0001-64, representada neste instrumento pelo representante MARIA APARECIDA SOUSA LEAL inscrita no CPF 027.000.973-60 ao fim assinado, conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 024/2025,** Processo Administrativo **nº 0.010.000045/2025**mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Registro de preço para aquisição PARCELADA E SOB DEMANDA de materiais de expediente em geral para uso das secretarias e fundos do município de Pajeú do Piauí, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. Edital da Licitação;

1.2.2. Termo de Referência;

1.2.3. Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO

2.1.O preço global do presente Contrato é de R$ 47.020,53 (quarenta e sete mil vinte reais e cinquenta e três centavos), sendo os seguintes preços unitários:

LOTE II – TNT

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	TECIDO NÃO TECIDO TNT - DURÁVEL, CORES DIVERSAS. material semelhante ao tecido mas obtido através de uma liga de fibras e um polímero geralmente polipropileno (PP) dispostas aleatoriamente e coladas por calor ou pressão. Material confecionado conforme a norma brasileira NBR-13370, estrutura plana, flexível e porosa, constituída de véu ou manta de fibras ou filamentos, orientados direcionalmente ou ao acaso, consolidados por processo mecânico (fricção) e/ou químico (adesão) e/ou térmico (coesão).	SANTA FÉ	M²	50	R$ 13,10	**655,00**
					VALOR TOTAL DO LOTE II - R$ 655,00	

LOTE III – CADERNOS E LIVROS DE REGISTROS

TEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QUANTI	VALOR UNI	VALOR TOTAL
	CADERNO, CAPA DURA, PEQUENO, COSTURADO	CREDEAL	NID	10	R$ 16,20	R$ 162,00
	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL SULFITE QUANTIDADE FOLHAS 100 FL COMPRIMENTO 330 MM LARGURA 220 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA DURA DE PAPELÃO/FOLHAS NUMERADAS (PACOTE 10,00 UN)	TILIBRA	ACOTE	80	R$ 210,60	R$ 16.848,00
	LIVRO DE PONTO CAPA DURA	TILIBRA	NID	2	R$ 24,17	R$ 48,34
	LIVRO PROTOCOLO, MATERIAL PAPEL APERGAMINHADO, QUANTIDADE FLS 300, COMPRIMENTO 330, LARGURA 250, TIPO CAPA DURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NUMERADAS FRENTE E VERSO, MATERIAL CAPA PAPELÃO REVESTIDO EM TECIDO	TILIBRA	NID	5	R$ 22,17	R$ 110,85
VALOR TOTAL DO LOTE III R$ 17.169,19						

LOTE VI – PAPEIS DIVERSOS/EVA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QUANT.	VVALOR UNIT.	VVALOR TOTAL
12	PAPEL CAMURÇA, CORES DIVERSAS	VMP	FOLHA	40	R$ 3,80	R$ 152,00
23	PAPEL CARBONO MATERIAL PELÍCULA POLIÉSTER APLICAÇÃO ESCRITA MANUAL TIPO UMA FACE COMPRIMENTO 297 LARGURA 210 COR AZUL.	RADEX	CX	2	R$ 54,55	R$ 109,10
113	PAPEL EMBORRACHADO, E.V.A COM GLITTER CORES DIVERSAS	IBEL	FOLHA	40	R$ 4,00	R$ 160,00
116	PAPEL MADEIRA	BIGNARD	FOLHA	50	R$ 2,00	R$ 100,00
19	PAPEL OFÍCIO 2, MEDINDO 216X330, RESMA C/ 500 FOLHAS	REPORT	RESMA	1	R$ 35,10	R$ 35,10
20	EVA LISO 40X47, CORES DIVERSAS, DIMENSÕES 47 X 40 X 0,15 CM; 300 G	IBRL	FOLHA	50	R$ 3,10	R$ 155,00
21	CARTOLINA - BRANCA OU COLORIDA 46 X 66 CM	REIPEL	FOLHA	80	R$ 1,65	R$ 132,00
23,	CARTOLINA, 50 X 66 CM, GRAMATURA: 150 G, CORES DIVERSAS	VMP	FOLHA	40	R$ 1,65	R$ 66,00

	VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE VI – PAPEIS DIVERSOS/EVA - R$ 909,20

LOTE VII – CANETAS, PINCEIS DIDROCOR, LAPIS, BORRACHA, GIZ DE CERA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CANETA ESFEROGRÁFICA ,MATERIAL PLÁSTICO FORESMAATO CORPO CILÍNDRICO,MATERIAL PONTA PLÁSTICO COM ESFERA DE TUNGSTÉNIO,TIPO ESCRITA GROSSA,COR TINTA VERMELHA,CAIXA COM 50 UNIDADES	BIC	CX50	3	R$ 40,90	R$ 122,70
2	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO FORMATO CORPO SEXTAVADO MATERIAL PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO TIPO ESCRITA GROSSA COR TINTA AZUL (CAIXA 50,00 UN)	BIC	CX	5	R$ 40,90	R$ 204,50
3	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO CRISTAL MATERIAL PONTA METÁLICA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO TIPO ESCRITA MÉDIA COR TINTA PRETA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO SEXTAVADO (CAIXA 50,00 UN)	BIC	CX	5	R$ 40,90	R$ 204,50
7	CANETA MARCADOR PERMANENTE PARA CD 0,7MM COR PRETA .	RADEX	UNID	4	R$ 4,55	R$ 18,20

9	LÁPIS DE COR GRANDE CX COM 12 CORES, DURÁVEL	LEO E LEO	CX	10	R$ 13,00	R$ 130,00
11	LÁPIS PRETO EMBORRACHADO Nº2 CAIXA COM 100UN	LEO E LEO	CX	2	R$ 52,95	R$ 105,90
13	BORRACHA PONTEIRA BRANCA PARA LÁPIS PACOTE COM 50 UNIDADES	MERCUR	PACOTE	2	R$ 24,90	R$ 49,80
14	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL PLÁSTICO TIPO ESCOLAR COR VARIADA TAMANHO MÉDIO (CAIXA 100,00 UN)	TRIS	CX	1	R$ 84,65	R$ 84,65
15	GIZ DE CERA JUMBO TRIANGULAR, CX COM 12 CORES	KOALA	CX	5	R$ 8,04	R$ 40,20
17	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO TINTA AZUL - RECARREGÁVEL CX COM 12	BIC	CX	5	R$ 84,73	R$ 423,65
18	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO TINTA PRETA - RECARREGÁVEL CX COM 12	BIC	CX	3	R$ 84,73	R$ 254,19
19	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO TINTA VERMELHA - RECARREGÁVEL CX COM 12	BIC	CX	3	R$ 84,73	R$ 254,19
20	PINCEL ATÔMICO PERMANENTE AZUL CX COM 12	RADEX	CX	3	R$ 70,67	R$ 212,01
21	PINCEL ATÔMICO PERMANENTE PRETO CX COM 12	RADEX	CX	3	R$ 70,67	R$ 212,01
22	PINCEL ATÔMICO PERMANENTE VERMELHO CX COM 12	RADEX	CX	3	R$ 70,67	R$ 212,01
	VALOR TOTAL ESTIMADO - LOTE VII – CANETAS, PINCEIS DIDROCOR, LAPIS, BORRACHA, GIZ DE CERA - R$ 2.528,51					

LOTE VIII – PASTA E CLASSIFICADORES

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	PASTA CLASSIFICADOR PVC COM GRAMPO	DELLO	UNID	100	R$ 5,49	549,00
6	PASTA COM ABA E ELÁSTICO	POLIBRAS	UNID	100	R$ 4,30	430,00
8	PASTA PVC C/ ABA ELÁSTICA	POLIBRAS	UNID	100	9,1	910,00
9	PASTA PVC C/ ABA ELÁSTICA 10MM	POLIBRAS	UNID	100	9,1	910,00
10	PASTA PVC TRANPARENTE 2 CM	POLIBRAS	UND	100	6,7	670,00
11	PASTA PVC TRANPARENTE 4CM	POLIBRAS	UND	200	9,35	1.870,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE VIII – PASTA E CLASSIFICADORES -R$ 5.339,00					

LOTE IX – MATERIAIS DE ESCRITORIO E ROTINAS ADMINISTRATIVAS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
8	BLOCOS DE NOTAS ADESIVAS POST-IT 2 CORES - 4 BLOCOS DE 38 MM X 50 MM C/ 100 FOLHAS CADA	MASTERPRINT	PACOTE	25	R$ 10,27	R$ 256,75
9	BOBINAS TERMICA 57MM X22M	RIO BRANCO	UNID	30	R$ 35,77	R$ 1.073,10
10	CALCULADORA ELETRÔNICA, RESISTENTE E ALTAMENTE DURÁVEL, COM 12 DÍGITOS20,5 X 15,9 X 4,4CM, VISOR AMPLO INCLINADO E TECLAS EXTRAS GRANDES TAMANHO GRANDE, IDEAL PARA SER UTILIZADA EM MESAS DE ESCRITÓRIOS, HOME OFFICES E EM CARTEIRAS DE ESTUDANTES	HOOPSON	UND	1	R$ 27,66	R$ 27,66

11	CLIPE DE TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO APLICAÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE TAMANHO 6/0 MATERIAL AÇO CARBONO FORESMAATO PARALELO	ACC	CX	10	R$ 27,49	R$ 274,90
13	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO APLICAÇÃO FIXAR PAPÉIS E SIMILARES TAMANHO 2/0 MATERIAL AÇO CARBONO FORMATO TRANÇADO (CAIXA 500,00 UN)	ACC	CX	4	R$ 17,70	R$ 70,80
14	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO APLICAÇÃO FIXAR PAPÉIS E SIMILARES TAMANHO 3 MATERIAL AÇO CARBONO FORMATO PARALELO (CAIXA 500,00 UN)	ACC	CX	10	R$ 21,75	R$ 217,50
15	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO APLICAÇÃO FIXAR PAPÉIS E SIMILARES TAMANHO 4/0 MATERIAL AÇO CARBONO FORMATO PARALELO (CAIXA 100,00 UN)	ACC	CX	10	R$ 23,70	R$ 237,00
16	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO APLICAÇÃO FIXAR PAPÉIS E SIMILARES TAMANHO 8/0 MATERIAL ARAME DE AÇO FORMATO PARALELO (CAIXA 500,00 UN)	ACC	CX	4	R$ 29,05	R$ 116,20
20	CORRETIVO LÍQUIDO, MATERIAL BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA APRESENTAÇÃO	BIC	CX	2	R$ 31,79	R$ 63,58

	FRASCO VOLUME 18 ML (CAIXA 12,00 UN)					
21	ELÁSTICO TIP LIGA Nº18 PACOTE COM 500UN	MERCUR	PACOTE	2	R$ 24,14	R$ 48,28
23	ENVELOPE KRAFT OURO ,260X360,80 G CAIXA COM 250 UNIDADES	KRONA	CX	5	R$ 155,33	R$ 776,65
25	ENVELOPE OURO TAMANHO 18X24 CX COM 250 UND	KRONA	CX	3	R$ 100,00	R$ 300,00
26	ENVELOPE OURO TAMANHO 31X41 CX COM 250 UND	KRONA	CX	2	R$ 149,24	R$ 298,48
27	ENVELOPE PARDO 260X360 CX COM 50 UND	KRONA	CX	3	R$ 62,90	R$ 188,70
28	ENVELOPE PARDO TAMANHO 260X24 CX COM 50 UND	KRONA	CX	3	R$ 62,90	R$ 188,70
32	ESTILETE RETRÁTIL ESTREITO 13CM, CORPO INJETADO LÂMINA EM AÇO ESPECIAL TEMPERADO DISPOSITIVO PARA TRAVAR A LÂMINA	TRIS	UNID	10	R$ 23,20	R$ 232,00
33	EXTRATOR DE GRAMPOS EAGLE RATINHO, ERGONÔMICO	TRIS	UNID	7	R$ 5,92	R$ 41,44
34	GRAMPEADOR 20 FOLHAS DE MESA G102 PRETO, PLÁSTICO G102 P/20 FOLHAS 24/6-26/6 BASE: 12,0CM, ESTRUTURA: PLÁSTICA	TRIS	UNID	10	R$ 31,23	R$ 312,30
38	GRAMPO COBREADO P/ GRAMPEADOR 26/6, CX. C/ 5000 UND	ACC	CX	10	R$ 13,00	R$ 130,00
44	PERCEVEJO, CAIXA COM 100UN	ACC	CX	4	R$ 8,48	R$ 33,92
50	RÉGUA 30CM - EM POLIESTIRENO	TRIS	UNID	20	R$ 5,67	R$ 113,40

54	PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL PVC, COMPRIMENTO 305, LARGURA 225, ESPESSURA 7, COR BRANCA	DELLO	UNID	10	R$ 17,04	R$ 170,40
55	PILHAS AA PEQUENA COMUM PACK ORIGINAL 1,5 V C/ 60 UNIDADES	PANASONIC	CAIXA	120	R$ 66,39	R$ 7.966,80
56	PILHAS C MÉDIA COMPATIVEL A MARCA PANASONIC 1,5 V ORIGINAL C/ 4 UNIDADES	PANASONIC	UNID	40	R$ 39,00	R$ 1.560,00
57	PILHAS MEDIAS	PANASONIC	UNID	30	R$ 5,82	R$ 174,60
58	PILHAS PALITO	PANASONIC	UND	50	R$ 2,50	R$ 125,00
59	PILHAS PEQUENAS	PANASONIC	UND	50	2,5	R$ 125,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE IX – MATERIAIS DE ESCRITORIO E ROTINAS ADMINISTRATIVAS - R$ 15.123,16					

LOTE X – MATERIAIS PARA ARTES E ATIVIDADES LÚDICAS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BALÃO PARA DECORAÇÃO REDONDO, PACOTE COM 50UN	SÃO ROQUE	PACOTE	50	R$ 11,60	580,00
3	COLA BRANCA PARA PAPEL, DE ALTA QUALIDADE PARA USO ESCOLAR E PROFISSIONAL, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA EM ACETADO PVA, UN 500G	KOALA	UNID	10	R$ 17,25	172,50
4	COLA COLORIDA 23 GRAMAS GEL COM BRILHO INTENSO IDEAL PARA O TRABALHOS ESCOLARES E ARTESANATO ,DECORATIVOS NAO	KOALA	CX	3	R$ 34,40	103,20

	TOXICO CAIXA COM 6 UNIDADES					
8	COLA PARA ARTESANATO ARTESAO SILICONE LIQUIDO 90G	ACRILEX	UNID	20	R$ 7,15	143,00
9	COLA PARA ISOPOR E E.V.A 45G	IBEL	UNID	5	R$ 5,00	25,00
10	COLA, COMPOSIÇÃO SILICONE, PISTOLA QUENTE PEQUENA, TIPO BASTÃO 10G	ADERE	PACOTE	5	56,9	284,50
11	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MMX45M	ADERE	UNID	50	R$ 10,01	500,50
13	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE TIPO GOMADA LARGURA 45 MM COMPRIMENTO 50 M COR MARROM (PACOTE 8,00 UN)	ADERE	PACOTE	10	192,6	1.926,00
17	FITA CREPE USO GERAL, 24MM X 50M	VMH	UNID	115	R$ 10,90	0,00
24	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	TRIS	UNID	44	R$ 38,95	0,00
25	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	ISOPLAST	UNID	15	R$ 10,90	163,50
27	PLACA DE ISOPOR 25MM	ISOPLAST	UNID	2	R$ 38,95	77,90
28	PLACA DE ISOPOR 50MM	Gaboardi	UNID	2	R$ 31,30	62,60
29	PRENDEDOR DE ROUPA, PACOTE COM 12UN	Cromus	PACOTE	20	R$ 12,20	244,00
31	SACOLA PLASTICA BRANCA FINA 30X40CM 2,5KG	Libreplast	PACOTE	3	R$ 14,43	43,29
32	SACOLA PLASTICA BRANCA FINA	TRIS	PACOTE	8	R$ 11,00	88,00

	TAMANHO 25X35 CM 2,5 KG					
33	TESOURA COMUM GRANDE DE 21CM.	TRIS	UNID	2	R$ 16,67	33,34
34	TESOURA DE PICOTAR	CIS	UNID	5	R$ 15,00	75,00
35	TESOURA ESCOLAR, SEM PONTA 4 POL 10 CM	KOALA	UNID	10	R$ 6,62	66,20
36	TINTA GUACHE 15ML CX COM 12UNIDADES	KOALA	CX	5	R$ 11,16	55,80
38	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO FR 15 ML	RADEX	UNID	12	R$ 6,92	83,04
	VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE X – MATERIAIS PARA ARTES E ATIVIDADES LÚDICAS - R$ 5.296,47					

VALOR GLOBAL TOTAL:

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do Contrato é até 31 de dezembro de 2025 meses contados a partir da data da última assinatura das partes, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento continuado.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente da secretaria requisitante, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

3.1.1.1. Para subsidiar a decisão da autoridade competente da secretaria requisitante quanto à vantajosidade da prorrogação da vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. O prazo máximo de entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias corridos contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor.

4.2. Os bens deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses, a partir da entrega, contra defeitos de fabricação, vícios ou incompatibilidade de aplicação frente ao descritivo.

4.3. O fornecimento dos produtos será de acordo com a demanda.

4.4. Os materiais deverão ser fornecidos no local indicado pela Secretaria Requisitante, no horário e endereço indicado na Ordem de Fornecimento.

4.5. O custo referente ao transporte dos bens será de responsabilidade única da Contratada e deverá ser transportado de acordo com a legislação pertinente, se for o caso.

4.6. Os produtos deverão ser descarregados e entregues no interior dos locais designados para a entrega.

4.7. Os bens deverão ser entregues em suas embalagens originais e individuais, dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio.

4.8. Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas à natureza dos mesmos, ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que sejam entregues em perfeito estado de conservação e limpeza. O produto danificado não será recebido.

4.9. A contratada somente poderá entregar os produtos nos horários e locais estabelecidos pela secretaria requisitante. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização dos produtos, além das exigências e padrões definidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta comercial e no Contrato.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Com base no objeto e suas

necessidades e no recebimento e conferência, o prazo para SUBSTITUIÇÃO deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação enviada à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias após a manipulação, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de

forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Pajeú do Piauí, em até 30 dias após a solicitação de pagamento que deverá ser protocolada após a execução e aprovação dos serviços, acompanhado da nota fiscal/fatura, emitida juntamente com recibo em 02 (duas) vias de igual valor, cópia do contrato, nota de empenho, certidão negativa de débitos trabalhistas, FGTS, certidão conjunta de débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto a SEFAZ, certidão negativa de débitos municipais, autorização de fornecimento do serviço, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso X, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 02/07/2025

8.2. Nos termos do § 3º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, após o interregno de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida.

8.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Constitui obrigações da Contratada:

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e neste instrumento, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

9.1.2. Entregar o(s) objeto(s) de acordo com a(s) especificação(ções) constante(s) na Cláusula Segunda deste instrumento.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante,
quanto ao fornecimento.

9.1.4. Substituir, no prazo fixado pela secretaria requisitante, os itens fornecidos fora das especificações ou com quaisquer outras irregularidades.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

9.1.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu

serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9.1.7. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

9.1.8. Garantir a boa qualidade do(s) bem(ns) entregue(s).

9.1.9. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento.

9.1.10. Emitir as Notas Fiscais com o mesmo número do CNPJ informado na documentação e proposta comercial apresentada na licitação – Pregão Eletrônico.

9.1.11. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.12. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste Contrato.

9.1.13. Fornecer o objeto da contratação observando toda a nomatização vigente.

9.1.14. Cumprir o prazo de garantia dos produtos contra defeitos de fabricação, vícios ou incompatibilidade de aplicação frente ao descritivo, observando o disposto no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

9.1.15. Garantir que os produtos tenham validade mínima de 12 (doze) meses, a partir da entrega.

9.2. Constitui obrigações do Contratante:

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio dos servidores designados em Portaria da Superintendência.

9.2.2. Promover o recebimento e a conferência dos produtos.

9.2.3. Enviar Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho e advertir e/ou notificar os atrasos de fornecimento.

9.2.4. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, durante toda a execução do Contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5. Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns).

9.2.6. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do Contrato.

9.2.7. Reter o processo de pagamento, enquanto permanecer as irregularidades manifestadas à Contratada.

9.2.8. Assegurar ao pessoal da Contratada o livre acesso às instalações para a plena execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações legais.

10.2. A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.3. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

10.4. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do Item 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.6. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no

10.6.1. O atraso injustificado na entrega do material ou na execução do serviço sujeitará o Contratado à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

10.6.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias, ou a manutenção da irregularidade, autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.6.1.2. Para fins da limitação de que trata o Item 10.6.1, deverão ser observados os parâmetros constantes no Item 10.15 e seguintes.

10.6.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Cláusula.

10.6.3. Fica estabelecida a aplicação de multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no Item 10.3.

10.6.4. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto 10.15 e seguintes.

10.6.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – tumultuar a sessão pública da licitação;

II – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante; VII – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

VIII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI – utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

XVI – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de 02 (dois) dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no Edital ou Contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

10.6.6. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

10.6.7. As multas a que se referem os Itens 10.6.1, 10.6.3, 10.6.5 e 10.6.6 serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

10.6.8. A multa prevista no Item 10.6.1 pode ser aplicada cumulativamente com as multas previstas nos Itens 10.6.3, 10.6.5 e 10.6.6.

10.6.9. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

10.6.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

10.6.11. A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela Contratante decorrente de outros contratos firmados com a secretaria requisitante.

10.6.12. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Pajeú do Piauí, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.7.1. A autoridade responsável pela aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar deverá comunicar a imposição da referida penalidade aos demais órgãos e entidades da administração no prazo de 10 (dez) dias da publicação da decisão irrecorrível em âmbito administrativo.

10.7.2. A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

10.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Item 10.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no Item 10.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.8.1. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, a que se refere o inciso XII do Item 10.3, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto Municipal nº 16.954/2018.

10.9. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

10.9.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

10.9.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput

e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

10.14. No âmbito da Administração Pública, a competência para aplicar as sanções, compete às seguintes autoridades:

I. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela secretaria competente.

II. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo(a) secretaria competente.

III. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo(a) secretaria competente.

10.15. A autoridade competente, ao aplicar as sanções, considerará: I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a administração pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15.1. São circunstâncias que agravam a sanção:

I – a reincidência;

II – não responder às notificações enviadas pela gestão do contrato ou correlato quando se tratar de nota de empenho substituta de contrato;

III – a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão; IV – o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

V – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

VI – a prática de infrações em outros contratos administrativos celebrados com a administração municipal.

10.15.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior no mesmo contrato.

10.15.1.2. Não se considera reincidência:

I – se entre a data da publicação da decisão definitiva da infração e a do cometimento de nova infração idêntica tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

II – se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

10.15.2. São circunstâncias que atenuam a sanção:

I – o processado ser Microempreendedor Individual, micro ou pequena empresa; II – a primariedade;

III – procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento; IV – reparar o dano antes do julgamento;

V – confessar a autoria da infração.

10.15.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

10.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.4. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil coom agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, nas seguintes dotações:

Órgão...: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0101.2031 Manutenção Administrativa do FMS 3.3.90.30.00 Material de Consumo FONTE DO RECURSO 600, 500, 621

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, bem como de acordo com as normas regulamentares do Município de Pajeú do Piauí, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

a) Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

b) Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

d) Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pela autoridade competente em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores da secretaria municipal de Meio Ambiente:

a) Gestor(a) do Contrato: Francisco das Chagas Vieira Amorim

b) Fiscal de Contrato: Ariana Gonçalves de Sousa Fialho

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.1.1. Nos termos do inciso I do art. 94 da Lei 14.133/2021, a secretaria municipal requisitante deverá providenciar a divulgação deste contrato e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar de sua assinatura, como condição indispensável para sua a eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O foro da justiça estadual na comarca de Canto do Buriti-PI é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E por assim estarem justas combinadas e contratadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições contidas nas cláusulas do presente Contrato e firmam este, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito.

Pajeú do Piauí, 18 de agosto de 2025

FRANCISCO DAS CHAGAS VIEIRA AMORIM:04687487335

Assinado de forma digital por FRANCISCO DAS CHAGAS VIEIRA AMORIM:04687487335
Dados: 2025.08.18 13:21:39 -03'00'

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

ANUENTE

gov.br

Documento assinado digitalmente
MARIA APARECIDA SOUSA LEAL
Data: 20/08/2025 14:48:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA APARECIDA SOUSA LEAL ME

FORNECEDOR

CNPJ:30.248.725/0001-64